



Mediador vigarizava com falsos seguros

JOAQUIM GOMES

Um mediador de seguros é acusado de ter vigarizado seguradoras e clientes com falsos seguros, ficando com todo o dinheiro em proveito próprio.

Uma cliente que sofreu um acidente, e foi tida como culpada, descobriu que afinal não tinha o seguro que já pagara.

João Maria Pires Vieira Martins, de 47 anos, divorciado, natural de Lisboa, e que residia em Idanha-a-Nova, antes de ter fugido dos clientes e de andar evadido, foi acusado pelo Ministério Público de vários crimes e burla qualificada, e de uma dezena de crimes de falsificação de documentos, por ter recebido ao longo dos anos milhares de euros, que os clientes lhe entregavam para pagar os respectivos seguros.

Registado por três vezes, em épocas distintas, no Instituto de Seguros de Portugal, João Vieira Martins passou a trabalhar para a companhia de seguros Lusitânia (do grupo Montepio Geral) em Janeiro de 2007, num contrato de mediação com agentes de seguros, o que lhe permitia intermediar os mais diversos contratos de seguro dos ramos vida e não vida, bem como receber dos clientes o dinheiro de todos os seguros que fazia.

Mas, apesar das funções de mediador de seguros daquela companhia só per-

mitirem que João Vieira Martins emitisse certificados internacionais de seguro de responsabilidade civil automóvel, após o pagamento do respectivo prémio pelo tomador de seguro, o arguido ficaria sempre, segundo a acusação do Ministério Público de Castelo Branco, na posse das quantias que recebia por contratos, e sempre da ordem das centenas de euros.

Nunca entregou prémios dos seguros

O problema é que quando recebia dos tomadores de seguro os prémios dos contratos de seguro realizados, João Vieira Martins ficava obrigado a proceder à entrega das quantias correspondentes na companhia de seguros Lusitânia. Isto porque, como está legalmente previsto, todos os prémios entregues pelo tomador de seguro ao agente de seguros, autorizado a receber prémios relativos ao contrato, são considerados como se tivessem sido pagos à empresa de seguros. Mas segundo as queixas apresentadas, nunca os seguros eram oficializados na Lusitânia, porque esta seguradora entretanto como não recebia qualquer quantia dos clientes, dava todos esses seguros sem efeito. Dezenas de clientes andaram anos sucessivos a pagar, sem sequer estarem segurados.

Segundo se viria a apurar tal situação só viria a perdurar durante alguns anos, porque os clientes segurados não sofriam quaisquer sinistros, quer do ramo vida, quer do não-vida.

E para esconder essa mesma situação, o referido agente de seguros terá falsificado, ao longo de anos consecutivos, documentos



João Maria Martins, o arguido, vai ser julgado no tribunal judicial de Castelo Branco

João Vieira Martins "bem sabia que não tencionava encaminhar à companhia de seguros Lusitânia, o dinheiro que os clientes lhe entregavam".

falsos, como os certificados internacionais de seguro automóvel, e ainda os certificados provisórios de seguro de responsabilidade civil automóvel, e os respectivos recibos.

Documentos falsos

O Ministério Público considera que tendo por referência o formulário de um certificado internacional de seguro automóvel, certificado provisório de seguro de responsabilidade civil automóvel, e de um aviso e recibo de pagamento, "o arguido fabricou outros,

falsos, mediante recurso a meios informáticos".

Para a acusação pública, João Vieira Martins, embora fosse mediador de seguros da Lusitânia, e nessa qualidade se tivesse apresentado aos clientes, "nunca teve intenção de celebrar um verdadeiro contrato de seguro com eles, e sempre teve o intuito de os levar a entregar-lhe quantias monetárias destinadas ao pagamento de prémios de seguros, com o intuito de as fazer suas".

Segundo o MP, os clientes apenas se dirigiam ao mediador de seguros e com ele celebravam os contratos, "pagando os respectivos prémios porque acreditavam que ele sendo mediador de seguros, desempenhava as suas funções com correcção e de acordo com as normas reguladoras da sua actividade".

Só que entretanto "o arguido ao fabricar o certificado provisório de seguro automóvel, os certificados internacionais de seguro automóvel, e a declaração aqui em causa,

agiu com intenção de obter para si benefícios ilegítimos e de causar prejuízo a outra pessoa e ao Estado", refere o Ministério Público, salientando que "fazia constar falsamente dos documentos aludidos factos juridicamente relevantes, e que assim lesava o interesse público na autenticidade e genuinidade de documentos autênticos, que punha em causa todo o seu valor probatório". "Agiu o arguido de forma livre, e fazendo-se valer do facto de ser mediador de seguros, actuando com o propósito conseguido de criar no ofendido a convicção de que havia celebrado um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel", considera ainda o Ministério Público. E João Vieira Martins "bem sabia que não tencionava encaminhar, como de facto nunca encaminhou à companhia de seguros Lusitânia, o dinheiro que aqueles lhe entregavam", segundo se refere também na acusação do Ministério Público. •